



Semana de 14 a 25 de junho de 2021.

Unidade escolar: EMEF Caio Fernando Gomes Pereira / EMEF Marleciene Prof. ^a . Priscila Presta Bonfim	
Componente curricular: História	
Professor: Manoel Messias Oliveira dos Santos	
Aluno (a):	Série: 9º ano

Texto: **Governo Getúlio Vargas e o controle dos trabalhadores**

[O] Estado, [no governo Vargas], passou a desempenhar papel fundamental na regulamentação das relações de trabalho e o fez por meio da criação de um aparato legal e burocrático. O governo foi responsável pela promulgação de várias leis que estabeleciam os chamados direitos trabalhistas – ou seja, regras para as relações entre trabalhadores e patrões –, criou o Ministério do Trabalho, em 1930, e organizou uma estrutura sindical oficial (os sindicatos eram atrelados ao Ministério do Trabalho). Assim, atendia às principais reivindicações dos trabalhadores, mas garantia também o controle sobre eles, oferecendo às indústrias mão de obra mais barata e sob sua tutela. O novo tipo de relação política entre governo e trabalhadores significou a incorporação de amplos setores da sociedade no jogo político e ficou conhecido como populismo. Não se tratava de mera manipulação. Para ser reconhecido como líder legítimo, Vargas teve de fazer concessões aos trabalhadores urbanos e assumir em parte seu discurso suas reivindicações. Com o tempo surgiria uma nova força política originária dessa relação, o trabalhismo. Vargas associava as políticas trabalhistas ao nacionalismo e ao corporativismo. Nessa visão, na sociedade deveria haver convivência pacífica entre os diversos setores sociais, divididos de acordo com suas ocupações profissionais. Eventuais conflitos teriam de ser arbitrados pelo Estado (e pelo seu chefe), considerados a proteção dos interesses nacionais, coletivos. Trabalhadores, industriais, fazendeiros, profissionais liberais deveriam organizar-se em corporações que representariam suas demandas frente ao governo. Dessa forma, a luta entre as classes sociais, núcleo do discurso comunista que o governo procurava neutralizar, seria substituída pela convivência entre essas corporações. Com essa nova política enquadrou-se o trabalhador nacional, evitando-se que sua capacidade de mobilização e reivindicação ultrapassasse os limites considerados aceitáveis pelos capitalistas que o empregavam.

Um dos principais instrumentos do governo Vargas foi a regulamentação das relações trabalhistas. Até a Revolução de 1930, havia poucas leis que procuravam dirigir o regime de trabalho. A partir da vitória da Revolução, entretanto, devido aos compromissos assumidos pelo novo regime e pelas pressões do movimento dos trabalhadores, uma grande quantidade de novas leis trabalhistas foi promulgada pelo governo. Em janeiro de 1942 uma portaria do governo criou uma comissão de dez membros com o objetivo de sistematizar essa nova legislação, reunindo, em um só conjunto, todas as leis referentes ao trabalho então em vigor. Aprovada por decreto em 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inspirada na *Carta del Lavoro* da Itália fascista, entrou em vigor em novembro do mesmo ano. Embora a proposta inicial fosse apenas reunir as leis já existentes, os membros da comissão acabaram por criar novas leis e reformar outras, para sanar contradições e preencher lacunas. A CLT garantia aos trabalhadores alguns direitos básicos, como salário mínimo, jornada de trabalho semanal de 48 horas e férias remuneradas. Tais medidas impunham um profundo controle do Estado sobre os trabalhadores, por meio de leis que regulavam toda a atividade sindical, vinculando-a ao Ministério do Trabalho. Esses sindicatos ficaram conhecidos como sindicatos pelegos. A palavra pelego significa “pessoa subserviente, capacho”, e passou a ser utilizada para designar os agentes mais ou menos disfarçados do Ministério do Trabalho que atuavam nos sindicatos, assim como os sindicatos submetidos a esse mesmo ministério.

Atividade 1, dias de 14 a 18 de junho de 2021:

- 1) Por que o governo Vargas atendeu a algumas reivindicações dos trabalhadores, mas também teve controle sobre eles?
- 2) De acordo com texto, explique como funcionava o “trabalhismo” empregado por Vargas.
- 3) Quais foram as garantias básicas cedidas aos trabalhadores pela CLT de 1943?
- 4) O que significa “sindicato pelego”?

Atividade 2, dias de 21 a 25 de junho de 2021:

DOCUMENTO: Música O bonde São Januário, composição de Wilson Batista, interpretação de Ataúfo Alves, 1940:

“Quem trabalha é que tem razão / Eu digo e não tenho medo de errar (2x)
O bonde São Januário / Leva mais um operário / Sou eu que vou trabalhar (2x)
Antigamente eu não tinha juízo / Mas resolvi garantir meu futuro / Vejam vocês
Sou feliz vivo muito bem / A boemia não dá camisa ninguém, é / Vivo bem
Antigamente eu não tinha juízo / Mas resolvi garantir meu futuro / Vejam vocês
Sou feliz vivo muito bem / A boemia não dá camisa ninguém, é / Muito bem!”

Ouçã através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=3I7j79MFyCY>

Informações sobre a música: o trecho da música grifado, “um operário”, foi alterado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão que censurava músicas e outras manifestações no governo de Getúlio Vargas. Na letra original estava escrito “um sócio otário”.

- 1) O que a letra da canção informa sobre o “trabalho”?
- 2) Na letra do samba, por que o DIP teria censurado o verso indicado?
- 3) O que significa “boemia”? (procure em dicionário ou internet)
- 4) O que o governo esperava do cidadão comum?

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Flávio de (et. al). *História – Escola e Democracia*. (9º ano). São Paulo: Moderna, 2018.

DOMINGUES, Joelza E. *História em documento: imagem e texto*, 9º ano. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2012.

O bonde São Januário. Música. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3I7j79MFyCY> (acessado em 03/08/2020)

Obs.: Explicações, orientações e esclarecimentos de dúvidas estão ocorrendo via Google Meet e WhatsApp.